



**Critérios de Pesquisa:**

**Período:** 01/11/2024 a 30/11/2024

**Assunto:** “queimada” or “incêndio florestal”

Documento 1/6

---

187.2024

Sessão Ordinária - CD

04/11/2024-17:12

Publ.: DCD - 11/5/2024 - Charles Fernandes-PSD -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES  
DISCURSO DISCURSO

---

**Sumário**

O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.471, de 2021, que prevê isenção de IOF e IPI para mototaxistas e motofretistas na aquisição de motocicletas. Argumenta que o incentivo é essencial para ajudar esses profissionais a renovar suas frotas, especialmente onde o transporte coletivo é limitado, como em Guanambi (BA). Além disso, manifestou preocupação com as recentes queimadas no Cerrado, particularmente na região de Correntina (BA), e ressaltou a urgência de medidas mais rigorosas para combater incêndios desordenados. Fez um apelo à comunidade internacional para ações concretas contra o aquecimento global, alertando sobre o impacto das mudanças climáticas para as futuras gerações.

---

**O SR. CHARLES FERNANDES** (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.)

- Muito obrigado, nobre Presidente Gilberto Nascimento, meu colega de partido.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em primeiro lugar, teremos uma semana curta de trabalho nesta Casa Legislativa, nas Comissões e no Plenário. Porém, quero desejar que hoje e amanhã sejam dias muito produtivos.

Nesta semana, a categoria dos mototaxistas do meu Município, Guanambi, em discussão com as autoridades locais, voltou a apresentar uma demanda que novamente é levantada. Trata-se de uma justa reivindicação dos mototaxistas não apenas da Bahia e da nossa região, mas também de todo o Brasil.

Na semana passada, nosso mandato fez um debate, quando nós protocolamos um requerimento para que o Projeto de Lei nº 2.471, de 2021, tramite nesta Casa, uma vez que a tramitação já foi aprovada nas Comissões, e seja discutido por esta Casa com o carinho que esta matéria merece. A proposição prevê isenção do Imposto sobre Operações Financeiras — IOF e do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de motocicletas utilizadas para o transporte de passageiros, o chamado mototáxi, e na entrega de mercadorias, o



chamado motofrete.

Esta categoria também precisa ser contemplada com estes benefícios e incentivos, para renovar sua frota, porque alguns Municípios exigem a renovação da frota depois de 5 anos. A categoria realmente precisa de algum incentivo para trocar suas motocicletas e, assim, oferecer um melhor atendimento aos passageiros não só da nossa região, mas também da Bahia, enfim, de todo o Brasil.

Hoje esta categoria é muito organizada em nosso País. Apenas na minha cidade, temos 234 mototaxistas que transportam os passageiros de um bairro para o centro da cidade, para qualquer bairro, principalmente nos lugares onde não há transporte coletivo, onde não há ônibus. As pessoas precisam usar este sistema de transporte para realmente se locomoverem para o centro da cidade e realizar suas atividades do dia a dia.

Nós vamos continuar cobrando da Mesa Diretora desta Casa que paute este projeto urgentemente, para que possamos aprovar, ainda neste ano, esta justa reivindicação desta categoria de todo o Brasil.

Sr. Presidente, há outro tema de que eu gostaria de tratar.

Eu cheguei hoje da minha terra, a Bahia, vim de carro percorrendo o oeste do Estado, passei por Rosário e cheguei a Brasília. O que nos chama a atenção, principalmente no Município de Correntina, na divisa da Bahia com Goiás, é o Cerrado, onde vimos acontecerem enormes queimadas, que só deixaram cinzas. Aliás, este fenômeno aconteceu de forma geral neste País. Onde nós vamos parar? Há dois projetos de lei para ser apresentados e votados para que as punições a quem coloca fogo de forma desordenada sejam mais rigorosas. Não é possível que continuem queimando nosso Cerrado, como está acontecendo e como aconteceu neste ano de 2024!

Não se trata apenas do Cerrado. Praticamente todo o Brasil pegou fogo neste ano. O que nós podemos esperar das futuras gerações, se esta geração não cuidar e não se ativer aos problemas que já estamos enfrentando e que ainda vamos enfrentar em relação ao clima?

Nós estamos vendo esta situação em todo o planeta. Agora, aconteceu também na Espanha. Foram 500 milímetros de chuva em 8 horas, quantidade que era para chover o ano todo. Os países mais industrializados, os países ricos parecem não ver o que está acontecendo.

Ou nós levantamos esta questão, ou os países mais ricos e industrializados começam a pensar, ou, da forma como as coisas estão caminhando, as futuras gerações não terão mais espaço neste planeta. Isso nos preocupa bastante, não só por morarmos na Caatinga baiana, mas também por estarmos diante de uma geração que logo vai passar. O que nós vamos deixar para as futuras gerações? O que está acontecendo nos quatro cantos do planeta?



Ou todos nos sentamos para realmente resolvemos a questão climática, o aquecimento global no nosso País, ou teremos um futuro muito negro pela frente.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e peço que minha fala seja divulgada em todos os meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 2/6

---

188.2024

Sessão Ordinária - CD

05/11/2024-16:28

Publ.: DCD - 11/6/2024 - Joseildo Ramos-PT -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### **Sumário**

O Deputado elogiou a iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de investir 700 milhões de reais para combater o desmatamento, incêndios florestais e recuperar áreas degradadas na Amazônia. Ressaltou que o programa inclui pagamentos a agricultores que preservam a vegetação nativa, promovendo a conservação ambiental e o combate às mudanças climáticas; e que o evento de lançamento dessa iniciativa contou com a presença de autoridades brasileiras e representantes de governos europeus para reforçar a cooperação internacional.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, hoje o Governo lança um evento meritório, uma iniciativa importantíssima para que o Brasil recobre a credibilidade no trato das exigências de proteção ambiental.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério do Meio Ambiente, do INCRA, da ANATER e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, anunciará investimentos da ordem de 700 milhões voltados para o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, além da urgente recuperação das áreas degradadas em Municípios da Amazônia.

O lançamento desta iniciativa acontece agora na sede do Ministério do Meio Ambiente, com a presença da Ministra Marina Silva e do nosso Ministro Paulo

Teixeira.

Durante o evento, um termo de cooperação dará início a um conjunto de ações, como o pagamento de serviços ambientais àquele que se coloca à disposição de fazer sua parte no seu imóvel, protegendo o ambiente. O Estado brasileiro vai pagar por este serviço voluntário, o que é superimportante.

Várias autoridades estarão presentes, e outros representantes de governos europeus estarão conversando para reabrir e aprofundar os investimentos e fazer com que a responsabilidade de outros países esteja presente num país como o Brasil, que recobra sua credibilidade perdida, principalmente nesta área, no Governo que passou.

Serão assinados estes termos de cooperação, e 25 milhões de reais vão recompensar agricultores familiares que preservam áreas de vegetação nativa, o que contribui para conservar o ambiente e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Muito obrigado.

---

Documento 3/6

193.2024 Sessão Ordinária - CD 12/11/2024-18:52  
Publ.: DCD - 11/13/2024 - Cabo Gilberto Silva-PL -PB  
ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

## **Sumário**

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.215, de 2024, que institui o Dia Nacional para a Ação Climática. Na oportunidade, criticou a política ambiental do Governo. Além disso, criticou a gestão climática do Governo atual, destacando o aumento no número de queimadas e os prejuízos ambientais recorrentes. Questionou o silêncio de artistas e apoiadores do Governo em relação à preservação da Amazônia.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto institui o Dia Nacional para a Ação Climática. Todos nós sabemos a postura do Partido Liberal e da Oposição — que faz uma competente oposição ao Governo Lula.

Vamos lembrar o que o atual Governo está fazendo com o clima? Agora, a Ministra Marina "cinzas", que fazia muitos tuítes durante o Governo Bolsonaro, vai dizer o quê? O número de queimadas está batendo recordes. Há prejuízos atrás de prejuízos. O desgoverno está mais perdido do que cego em



tiroteio com relação ao clima. Não vemos mais os artistas — parte deles, obviamente — falando: "Salvem a Amazônia!" A Lei Rouanet calou a maioria deles. Não vemos mais as pessoas ligadas ao Governo Lula criticando, porque quem está no Governo hoje é o descondenado Lula. E quem é a Ministra? É a Marina "cinzas".

Ajudem-me!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 4/6

---

208.2024 Sessão Ordinária - CD 26/11/2024-14:32  
Publ.: DCD - 11/27/2024 Airton Faleiro-PT -PA

BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### **Sumário**

O Deputado destacou a grave situação enfrentada pela região oeste do Pará, incluindo Altamira (PA), Santarém (PA) e Itaituba (PA), devido às queimadas e à crise climática, resultando em fumaça intensa, escassez de alimentos e danos à agricultura familiar. Alertou para o impacto ambiental e social, como o aumento dos preços e a falta de sementes para o próximo plantio. Para buscar soluções, anunciou o protocolo de um requerimento para uma audiência pública em Santarém (PA), envolvendo governos e sociedade civil, a fim de implementar medidas estruturantes, como sistemas de irrigação e abastecimento de água.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trago para esta Casa uma informação importante de quem esteve nesse final de semana vivendo a dura realidade da fumaça, das queimadas, da mortandade de peixe, da escassez de alimento na região oeste do Estado do Pará, mais precisamente nos polos de Altamira, Santarém, Itaituba e Municípios vizinhos. Essa realidade, primeiro, desnuda a tese que o negacionismo prega de que não tem nada a ver a crise climática com a intervenção humana. Estamos ali vivendo um problema de saúde pública, com tanta fumaça provocada não só por incêndios acidentais, mas também por incêndios criminosos. E, segundo, ela traz à tona o problema que eu vou chamar aqui de ameaça, não só ambiental, mas também social. Há escassez de alimento, e com isso aumento do preço dos alimentos, na medida em que a agricultura familiar, a população tradicional começo a ter suas roças comprometidas, então já começo a escassez até de mudas, de sementes para o plantio este ano para o ano que vem. Além disso, há também escassez de chuva



e ausência de projetos de irrigação.

Eu protocolo hoje requerimento para realização de uma audiência pública em Santarém, com a presença do Governo Federal, do Governo do Estado, dos Governos Municipais e da sociedade civil, para tratarmos desse assunto. Sei que já foram tomadas iniciativas importantes, os chamados primeiros-socorros, como o auxílio emergencial para os pescadores. A cesta básica está chegando, a água está chegando. Mas nós precisamos discutir nessa audiência pública soluções mais estruturantes, para que, além de medidas para o enfrentamento de uma longa estiagem, tenhamos um sistema de abastecimento d'água para as comunidades, um sistema de irrigação, condições de produção de alimentos saudáveis, para garantir a segurança alimentar da população.

Sr. Presidente, eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 5/6

---

208.2024	Sessão Ordinária - CD	26/11/2024-18:36
Publ.: DCD - 11/27/2024 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, criticou o Governo Lula pela gestão ambiental, destacando o aumento das queimadas na Amazônia, que alcançam níveis alarmantes. Apontou a Ministra Marina Silva como responsável e questionou a falta de posicionamento sobre o problema. Também criticou artistas que apoiaram o Governo com campanhas pela preservação ambiental, acusando-os de terem abandonado a causa.

---

**O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta "sim", Presidente.**

Eu queria alertar o povo brasileiro sobre o que está acontecendo com a nossa Amazônia. São hectares e hectares de destruição. Segundo os especialistas, as queimadas já engoliram vários Estados do País, se se fizer uma comparação.

A Sra. Marina "cinza" presta um desserviço à população. Eu gostaria de saber agora, Presidente, o que ela vai dizer, em quem ela vai colocar a culpa por esse



desastre ambiental.

O Governo Lula prometeu tanto através da Lei Rouanet e colocou alguns artistas para mentirem para a população. Esses artistas sumiram. Ninguém vê mais a musiquinha que diz "*Salve a Amazônia*". Só se veem as queimadas e recorde atrás de recorde.

É um caos, Sr. Presidente, o que a administração Lula, petista, está fazendo no nosso País, sobretudo no meio ambiente.

Obrigado.

---

Documento 6/6

---

208.2024	Sessão Ordinária - CD	26/11/2024-19:56
Publ.: DCD - 11/27/2024 -	André Figueiredo-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado solicitou prioridade para a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2024, que aprova o texto do Protocolo Complementar sobre o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-6 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao “Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China”, assinado em Pequim, em 14 de abril de 2023. Explicou tratar-se de satélite destinado ao monitoramento de queimadas e pediu a compreensão do Líder Lindbergh Farias para que o item fosse votado antes, caso houvesse consenso entre os Parlamentares.

---

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu pediria a compreensão do nosso Líder Lindbergh, porque o próximo item da pauta é uma urgência que estamos defendendo, um PDL de um acordo de cooperação entre o Brasil e a China para o desenvolvimento do CBERS-6, o satélite que vai cuidar do monitoramento de queimadas.

Eu queria saber se, em havendo consenso — eu tenho uma reunião agora, às 20 horas —, não poderíamos, com a vênia do Deputado Lindbergh Farias, colocar em votação a urgência desse projeto de decreto legislativo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Deputado André Figueiredo, Deputado Lindbergh Farias, o que nós recebemos do Presidente



Arthur Lira é a solicitação de passarmos efetivamente à matéria principal, votando duas matérias que o Presidente pactuou com os Líderes também — e V.Exa. sabe disso. A primeira matéria é sobre acordo para evitar dupla tributação com a Suécia; a segunda matéria é esse projeto do Rio Grande do Sul.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (Bloco/PDT - CE) - É só a urgência, Presidente...

---